

PRÁTICAS SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS DAS MULHERES RURAIS DA ASSOCIAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DE MIRASSOL D'OESTE/MT

Sandra Mara Alves da Silva Neves¹
Hellen Simone Tortorelli²
Junior Miranda Scheuer³

Resumo: O objetivo do artigo pautou-se em caracterizar os aspectos socioeconômicos e ambientais das mulheres rurais organizadas na Associação de Hortifrutigranjeiros de Mirassol D'Oeste/MT, partindo da temática de autodeterminação do público feminino nos espaços rurais. A investigação, qualitativa, foi delineada a partir do estudo de caso com sete entrevistas semiestruturadas. A autodeterminação perpassa pelo fomento de políticas públicas que fortaleçam os aspectos sociais, econômicos e ambientais, e para isso se faz necessário (i) uma pré-disposição desde os gestores públicos em desenhar políticas ao público feminino e promovê-las, (ii) e das mulheres rurais de reivindicar seus direitos e impor-se na sociedade, particularmente no processo de desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: Empoderamento. Desenvolvimento Rural Sustentável. Políticas Públicas. Machismo. Agropecuária.

SOCIOECONOMIC AND ENVIRONMENTAL PRACTICES OF RURAL WOMEN OF THE ASSOCIAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS OF MIRASSOL D'OESTE/MT

Abstract: The objective of the article was to characterize the socioeconomic and environmental aspects of rural women organized in the Associação de Hortifrutigranjeiros de Mirassol D'Oeste/MT, starting from the theme of self-determination of the female public in rural spaces. The investigation, qualitative, was delineated from the case study with seven semi-structured interviews. Self-determination permeates the promotion of public policies that strengthen social, economic and environmental aspects, and for this it is necessary (i) a pre-disposition from public managers to design policies for the female public and promote them, (ii) and of rural women to claim their rights and impose themselves in society, particularly in the process of sustainable rural development.

Keywords: Empowerment. Sustainable Rural Development. Public policy. Chauvinism. Agricultural.

PRÁCTICAS SOCIOECONÓMICAS Y AMBIENTALES DE LAS MUJERES RURALES DE LA ASSOCIAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DE MIRASSOL D'OESTE/MT

Resumen: El objetivo del artículo se basó en caracterizar los aspectos socioeconómicos y ambientales de las mujeres rurales organizadas en la

¹ Universidade do Estado de Mato Grosso, Departamento de Geografia, Cáceres, Brasil, ssneves@unemat.br, <https://orcid.org/0000-0002-2065-244X>

² Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, Brasil, hellentortorelli@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-6968-5373>

³ Universidad de la República, Departamento de Ciencias Sociales, Montevideo, Uruguay, jscheuer@fagro.edu.uy, <https://orcid.org/0000-0002-1190-422X>

Associação de Hortifrutigranjeiros de Mirassol D'Oeste/MT, a partir del tema de la autodeterminación del público femenino en los espacios rurales. La investigación, cualitativa, fue diseñada a partir del estudio de caso con siete entrevistas semiestructuradas. La autodeterminación permea la promoción de políticas públicas que fortalezcan los aspectos sociales, económicos y ambientales, y para ello es necesario (i) contar con una predisposición de los gestores públicos en diseñar políticas dirigidas al público femenino y promoverlas, (ii) y de las mujeres rurales en reivindicar sus derechos y afirmarse en la sociedad, particularmente en el proceso de desarrollo rural sostenible.

Palabras clave: Empoderamiento. Desarrollo Rural Sostenible. Políticas públicas. Machismo. Agropecuaria.

Introdução

A mulher rural exerce um papel fundamental na agropecuária, particularmente quando nos referimos a agricultura familiar. Esse rol foi reconhecido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (UN, 2022), preconizado especificamente no objetivo 5 de igualdade de gênero.

No documento, fica clara a necessidade de reconhecimento e valorização das múltiplas tarefas desempenhadas pela mulher, e da premência de políticas públicas de assistência social, infraestrutura, acesso à terra, crédito, tecnologia etc. Os pontos destacados visam a promoção da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, capacidade de liderança e empreendedorismo e, ampla e irrestrita participação econômica, social e ambiental (UN, 2022).

Além da discussão instigada pelos ODS, a literatura acadêmica condiciona o empoderamento feminino a partir do estabelecimento de políticas públicas de formação e capacitação do público objetivo, liderança rural/territorial, inserção produtiva e comercial, entre outros (VALENCIANO et al., 2017).

Em síntese, a mulher rural/agricultora familiar é imprescindível (MARTÍNEZ et al., 2021) nos espaços rurais/urbanos, e a valorização e reconhecimento do seu esforço em diferentes linhas de frente, entre eles o econômico, social e ambiental, a torna uma atora chave no desenvolvimento rural sustentável.

Entretanto, a mulher rural se constitui no elo mais débil em relação ao acesso de políticas públicas que contemplem a tríade do desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental), em particular ao crédito rural, assistência técnica, extensão, terra e titularidade, insumos produtivos, entre outros desafios (ROSA; GUIMARÃES, 2011; CEDIEL et al., 2017; VALENCIANO et al., 2017).

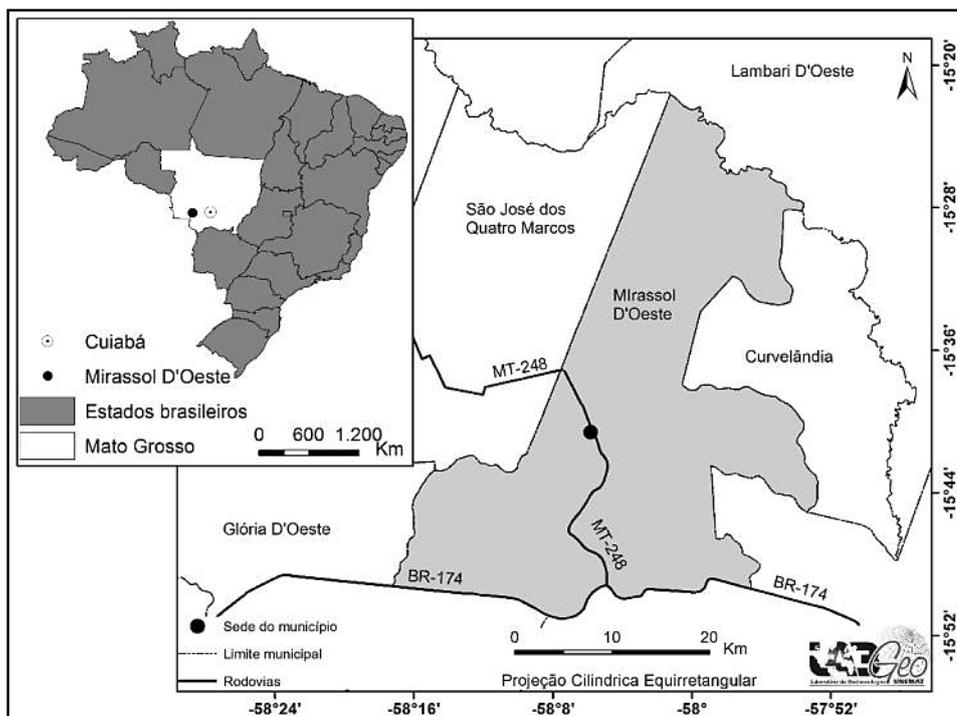
Não obstante, a cultura secular relega uma visão dualista entre o agricultor e a agricultora. Conforme Santos et al. (2019), cabe ao homem as atividades mais duras da labuta diária, no qual se envolve mais ativamente com o sistema produtivo, e a mulher nas funções de apoio e de manejo do espaço doméstico. Essa contradição social é percebida grosseiramente quanto a composição da renda familiar, já que é o homem que “gera” ingressos diante o seu envolvimento direto com a produção, depreciando a rotina diária das mulheres.

Dessa forma, o objetivo do artigo pautou-se em caracterizar os aspectos sociais, econômicos e ambientais das mulheres rurais organizadas na Associação de Hortifrutigranjeiros de Mirassol D'Oeste, estado do Mato Grosso, partindo da temática de autodeterminação do público feminino nos espaços rurais.

Metodologia

A sede da Associação de Hortifrutigranjeiros (AH) está localizada em Mirassol D'Oeste, estado do Mato Grosso, a 329 Km da capital Cuiabá (Figura 1). A área do município totaliza 1.079,70 Km², com uma população aproximada de 28 mil habitantes (IBGE, 2022).

Figura 01 - Localização da AH em Mirassol D'Oeste



Fonte: Brasil (2020) e Mato Grosso (2020). Organização: LabGeo UNEMAT (2022).

A AH é constituída por um grupo de 26 agricultores e agricultoras familiares organizados ao redor da produção e comercialização de seus produtos, com destaque os de origem hortícola, frutícola, pequenos animais, derivados diversos, entre outros. A Associação abrange, além dos/as associados/as de Mirassol D'Oeste (sede), os municípios de São José dos Quatro Marcos e Curvelândia, urbes vizinhas incluídas na pesquisa.

Sublinha-se que a AH não é específica ao público feminino, mas este foi objeto de estudo, pois historicamente sempre tiveram forte atuação e empenho laboral tanto no processo produtivo, quanto na comercialização da produção familiar.

A partir de então, o trabalho de investigação, qualitativo (sentido de qualidade (BATTHYÁNY; CABRERA, 2011)), foi delineado desde o estudo de caso das agricultoras familiares pertencentes a AH. Essa técnica metodológica se caracteriza na problematização de casos concretos e específicos que permitem a explicação de possíveis causas, propiciando conhecimentos peculiares sobre a população em estudo (YIN, 2009).

Definida a técnica, a seleção das atoras sociais ocorreu através da amostragem não probabilística intencional, no qual se adotou o snowball sampling, método que consiste na indicação pelas próprias entrevistadas de outras possíveis participantes (ETIKAN et al., 2016), atendendo ao requisito preliminar de ser agricultora familiar e feirante.

Dessa forma, se realizou o trabalho de campo com sete agricultoras (algumas recusaram a participação) por meio de entrevistas semiestruturadas, procedimento que permite um intercâmbio contínuo entre a população estudada (as mulheres rurais) e o/a investigador/a (LAKATOS; MARCONI, 2017). A interlocução foi organizada a partir de distintas indagações que encaminharam a caracterização dos aspectos sociais, econômicos e ambientais das mulheres rurais da AH e do estabelecimento.

Durante o ano de 2016, foram coordenadas previamente visitas às propriedades rurais e residências das agricultoras, com o acompanhamento das atividades domésticas, produtivas e/ou comerciais, processo que perdurou aproximadamente quatro horas diárias. Complementaram-se as entrevistas por meio da observação não-participante, que consiste no registro de informações paralelas ao formulário de entrevista (BATTHYÁNY; CABRERA, 2011).

Para a compreensão dos dados qualitativos obtidos pela investigação, se utilizou a análise de conteúdo, que consiste na interpretação, descrição e resumo de

conhecimentos gerados pela interlocução com a população objetivo (HECKER et al., 2019). Outrossim, o software ArcGis, versão 9.2 (ESRI, 2007) subsidiou a elaboração de mapas cartográficos.

Há que sopesar que a presente investigação foi avaliada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), com parecer aprovado sob o número 1.449.552. O detalhamento do projeto pode ser consultado no sítio da Plataforma Brasil (<https://plataformabrasil.saude.gov.br>).

Resultados e discussão

Aspectos sociais

As agricultoras familiares da AH de Mirassol D'Oeste são, essencialmente, nascidas no próprio município (58%), entretanto houve um movimento migratório desde outras regiões (42%), em particular de Araputanga (42 Km) e Cáceres (79 Km), ambos do Mato Grosso, e de Serra Talhada, Pernambuco (3.080 Km).

Segundo uma entrevistada de origem alheia a Mirassol D'Oeste,

[...] quando cheguei aqui no Mirassol só tinha pasto e mais nada... era muito difícil de tocar a horta. Nossa! Como a gente sofria por falta da água, era tudo mais difícil. Hoje em dia, graças a Deus, as coisas estão bem melhor (fragmento de uma entrevista).

Consoante os relatos, a mudança para Mirassol D'Oeste ocorreu por gostarem da pequena cidade “pacata” do interior mato-grossense e, também, na expectativa de melhorar a condição financeira familiar a partir da aquisição de terrenos nas proximidades da cidade, dando início, assim, ao cultivo de hortaliças em pequenas áreas produtivas.

Conforme Farias et al. (2017) e Scheuer et al. (2017), esse movimento migratório se constitui em uma estratégia das famílias rurais na busca de melhores oportunidades de vida. No momento em que territorializam o espaço (SCHEUER; NEVES, 2016), crescem as possibilidades de autonomia financeira, produtiva e comercial da agricultura familiar.

Em continuação, a média etária das entrevistadas situa-se em 37 anos (30 a 48 anos), revelando um perfil feminino adulto e plenamente produtivo (OCEGUEDA et al., 2018). Relativo ao estado civil, 43% são casadas (o cônjuge é agricultor familiar), 29% solteiras, 14% com união estável e 14% divorciadas, cenário comum para a região (QUEIROZ et al., 2015).

Excetuando uma entrevistada, as demais mulheres possuem de um (1) a três filhos/as, e os/as mais jovens de alguma forma conciliam o tempo de escola com as atividades agropecuárias e do lar. Entretanto, muitas vezes as tarefas são distribuídas de forma desigual (TECCHIO et al., 2019): aos filhos cabem os deveres do quintal, e as filhas os afazeres da casa.

Essa situação é distinta aos/as filhos/as adultos/as, que buscam alternativas diferentes desde a capacitação acadêmica/profissional, até a ocupação de postos de trabalho, levando-os/as a se afastar do meio rural. Esse cenário foi abordado por Pita et al. (2018), destacando o papel dos filhos mais novos nas tarefas domésticas e produtivas, e a “migração” dos maiores a espaços alheios aos familiares.

Com relação à participação da juventude no campo, as agricultoras consideram importante o seu envolvimento para não haver a perda da identidade cultural dos pais. Contudo, a falta de lazer é um dos motivos de abandono da moçada, além de complicações no acesso à terra para o sustento, busca de melhores oportunidades de vida e, sobretudo, na masculinização rural do processo sucessório, que infelizmente prioriza os filhos homens e marginaliza as mulheres (ROSA; GUIMARÃES, 2011; BANDEIRA; COSTA, 2018).

Sobre o nível de escolaridade das entrevistadas, 43% finalizaram o ensino fundamental completo e 14% o ensino médio completo, no entanto, 43% das mulheres não concluíram o ensino fundamental. A formação escolar da agricultura familiar é um tema recorrente por distintos investigadores, em particular das mulheres diante a abreviação de oportunidades socioeconômicas (ALATRISTA, 2019).

Em complemento a escolaridade, 71% das agricultoras familiares ressaltaram não ter realizado cursos de qualificação profissional e/ou aperfeiçoamento, não obstante, 29% tiveram a oportunidade de ampliar os conhecimentos técnicos, em geral promovidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Em diferentes rincões do território nacional, se destaca a importante atuação do SENAR ao redor da promoção do desenvolvimento rural, atuando fortemente na redução das desigualdades sociais (SILVA; NUNES, 2022).

A partir do levantamento, a carência de conhecimentos formais e/ou técnicos observados se associam (i) a uma mão de obra não qualificada (ALATRISTA, 2019) e a (ii) incapacidades de gestão da propriedade rural, pese que 57% não realizam cálculos do custo de produção, comercialização e/ou logística.

Em continuação, o estabelecimento rural, bem como o lugar de moradia são próprios, e a residência das famílias rurais foi construída a base de alvenaria, com acesso à rede elétrica e água para o consumo humano, características similares a outros estudos (NEVES et al., 2021). Ademais, esse espaço é compartilhado para além de pais/filhos, já que abriga distintos integrantes do núcleo familiar (média de 3,9), por exemplo, avôs, tios, primos etc.

Indagadas sobre a participação em outros sistemas organizativos (além da AH), apenas 29% afirmaram se envolver em associações e, mesmo assim, sua atuação ocorre de maneira muito abreviada. Estas consideram positiva a necessidade de se organizarem, entretanto, prevalece um elevado percentual que (i) não confia no modo associativo, (ii) não sente importância em constituir laços sociais (CEDIEL, 2017), (iii) estão limitadas diante da rotina de trabalho doméstico e/ou produtivo (OCEGUEDA et al., 2018).

Nos relatos de uma entrevistada,

[...] eu penso que nós mulheres podia ser mais unida e lutar pelos nossos direitos enquanto vendedoras aqui na feira... aqui é cada uma por si e Deus por todos... as coisas aqui nunca são resolvidas (fragmento de uma entrevista).

Essa afirmação, aliada aos dados anteriormente apresentados, se traduzem na premência de políticas públicas de fomento dos espaços produtivos, estrutura rural, capacitação técnica, estabelecimento de estratégias grupais... e, valorização da mulher rural.

Questionadas a respeito da revalorização feminina nos espaços rurais-urbanos, as agricultoras acreditam que o caminho a percorrer seria a partir da ênfase na produção e comercialização das mulheres rurais, porém, apesar de a presidente da AH ser uma mulher, ainda não houve uma ampla discussão e/ou direcionamento sobre essa temática.

Ao explorar um pouco mais esse ponto junto as entrevistadas, se levantou alguns relatos velados sobre o posicionamento machista (machismo estrutural – CEDIEL, 2017) de alguns membros da AH. Infelizmente, as entrevistadas discorreram que já presenciaram comentários depreciativos de seu papel na Associação, e que nunca houve incentivo e/ou reconhecimento quanto sua participação como pequenas empreendedoras.

Cabe destacar que as mulheres da AH não estão organizadas politicamente enquanto “grupo de mulheres”, mas sim ao redor da Associação. Além disso, elas não se reúnem com frequência para a tomada de decisão sobre o fortalecimento da

agricultura familiar e/ou seu fomento como grupo, o que tem possivelmente implicado na falta de esclarecimento sobre o acesso a políticas públicas que possam contribuir na valorização feminina nos espaços produtivos.

Conforme Guerrero et al. (2019), a participação das mulheres em processos organizativos representa uma oportunidade de desenvolvimento individual, social, econômico, produtivo etc., além de facilitar o acesso a políticas públicas (ROSA; GUIMARÃES, 2011). Destarte, a atuação organizativa favorece a autodeterminação do público feminino frente a masculinização dos espaços rurais.

Florence (2011, p. 7) apresenta alguns desafios relativo ao empoderamento do público feminino, ao tratar da relevância de “organizar as mulheres rurais para fazer a produção, a gestão e a comercialização de maneira autônoma é um desafio permanente daquelas e daqueles que pretendem reduzir as desigualdades de gênero”.

No quesito das políticas públicas, 86% do público investigado citou que não acessa o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), índice refletido no desconhecimento acerca do programa (57%) e, todas declinaram na participação de reuniões para discutir políticas/projetos rurais. Em sequência, a familiaridade sobre o PRONAF é resultado das interlocuções com os/as vizinhos/as e/ou desde as organizações sociais, apontado meramente por duas entrevistadas.

Para a agricultora que acessou o PRONAF, a interpretação ao redor do programa foi positiva, pois facilitou a aquisição de equipamentos rurais, conseqüentemente viabilizou as atividades produtivas e, segundo a entrevistada, sua participação no programa proporcionou melhores condições de vida à família.

Nos trabalhos de Izidoro et al. (2018) e Avelar e Stamm (2019) também se encontram essas afirmações, no qual os autores destacam os resultados positivos do PRONAF tanto para às famílias rurais que acessam o programa, quanto para a economia local de pequenos municípios, de certa forma dinamizada desde a agricultura familiar.

Além do PRONAF, uma entrevistada disse que acedeu de maneira pontual o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, atual Programa Alimenta Brasil). Aspecto negativo se refere a disponibilidade de assistência técnica pública (além da transferência de tecnologias) nos espaços produtivos familiares, com relatos de dificuldade no acesso, desinteresse e/ou burocracia que desestimula, já que a prefeitura municipal de Mirassol D'Oeste, via Secretaria de Agricultura, oferece assistência desde que a solicitem com 15 dias de antecedência.

Não é incomum na literatura encontrar resultados de investigações que indicam a ausência ou baixo acesso às políticas públicas pelas mulheres rurais, fator que incide negativamente no empoderamento (VALENCIANO et al., 2017; CEDIEL et al., 2017) e/ou na autodeterminação do público feminino, com o espaço rural como meio de vida.

Aspectos econômicos

Entre outros pontos atrelados, a tendência a masculinização rural também foi observada quanto ao predomínio dos homens como chefes de família (preponderância da figura masculina (SCHEUER et al., 2021)), tendo em conta que apenas duas das sete entrevistadas relataram ser a patriarca do lar (uma casada e outra solteira).

Nessa lógica, elas mencionam a necessidade de consultar os maridos antes de qualquer tomada de decisão sobre a unidade produtiva, políticas e organização, remetendo à relação tradicional arcaica em que a palavra final é a do homem, ou como Guerrero et al. (2019, p. 803) afirmaram, “[...] que sus parejas masculinas ejercen control sobre ellas”.

Conforme esperado, a principal fonte de renda advém da horticultura (uma das formas basilares de sustento (SANTOS et al., 2019)), entretanto uma entrevistada relatou que a suinocultura foi superior aos ingressos obtidos pela produção hortícola. Isto posto, 57% das agricultoras alcançaram um (1) salário-mínimo, 29% 1,5 salário e 14% a dois salários-mínimos. Sublinha-se que uma entrevistada recebe um benefício social do governo federal (não apontado diante a prerrogativa do anonimato), que de alguma maneira complementa os recursos familiares, porém não foi considerado na composição da renda.

Convém ressaltar que a renda das cinco entrevistadas (que não são chefes de família) são complementares à obtida por seus cônjuges, quer dizer, não se identificou uma autonomia da mulher rural quanto a geração dos ingressos familiares. Esse fato se relaciona diretamente ao observado previamente sobre a ideologia patriarcal (MARTÍNEZ et al., 2021), machismo estrutural (CEDIEL et al., 2017) e sua submissão as decisões do homem (GUERRERO et al., 2019).

As mulheres entrevistadas expuseram que as atividades desenvolvidas na propriedade contribuem efetivamente para o bem-estar de suas famílias, revertendo-

se em benefícios extensivos ao núcleo familiar. Em vista disso, um relato emocionante chamou a atenção:

[...] as coisas hoje em dia estão difíceis... não é fácil mexer com a horta, mas antigamente era muito pior... quantas vezes não dava nem de tirar dinheiro para comer (fragmento de uma entrevista).

Concernente a mão de obra no sistema produtivo, 72% destacaram a força de trabalho do núcleo familiar (SCHEUER et al., 2021), todavia, 28% contratam algum diarista semanal e/ou conforme a necessidade de trabalho. Essa necessidade se refere a determinados períodos de colheita e/ou armazenamento das hortaliças, alternando entre uma maior ou menor demanda por mão de obra.

Nesse quesito há que sopesar a divisão do trabalho, em que os homens maiormente se encarregam do preparo do solo e as mulheres assumem uma jornada um pouco mais densa, pois estão envolvidas desde a etapa produtiva e comercial, até as atividades domésticas. Guerrero et al. (2019), Santos et al. (2019) e Martínez et al. (2021) discutiram que as funções das mulheres estão relegadas a tarefa de cuidar da casa, dos filhos, do marido e, contribuir com a produção rural.

A prevalência da mão de obra familiar encontra explicação pelo modelo de produção hortícola sustentado desde o núcleo familiar e, também, pela extensão dos estabelecimentos. Consoante o levantamento, a área média das propriedades é de 6,9 ha (variação de 1,2 ha a 24 ha), destinados sumamente a produção hortícola nos cultivos de alface, rúcula, couve, almeirão etc., além da atividade pecuária em pequena escala (suínos, aves, gado de leite e corte).

A infraestrutura do estabelecimento produtivo das agricultoras familiares é muito simples: cercas para a delimitação dos espaços; tulha e barracão para o armazenamento da produção e/ou ferramentas; galinheiro, chiqueiro; entre outros (NEVES et al., 2021). O manejo do solo e tratos culturais é realizado mecanicamente, e 71% dispõem de equipamentos próprios, com exceção de duas entrevistadas que contratam/terceirizam essa etapa.

Quanto a comercialização da produção familiar, esta ocorre em feiras livres em Mirassol D'Oeste e nos municípios vizinhos de São José dos Quatro Marcos e Curvelândia (58%), além da venda porta a porta (29%) e a atravessadores (13%). Segunda uma entrevistada,

É importante a nossa participação na comercialização aqui na feira... somos conhecidas na região por causa da venda das alfaces que são sempre bonitas (fragmento de uma entrevista).

A comercialização nas feiras livres, considerado um ambiente familiar pelas mulheres, proporciona o acesso a melhores preços aos produtos agropecuários das famílias rurais, diminuindo dessa forma a intermediação por atravessadores (SANTOS et al., 2019; SCHEUER et al., 2021).

Mesmo assim, citaram que os atravessadores comercializam produtos mais baratos (geralmente folhosas e leguminosas) fora da feira e de forma irregular, gerando uma disputa de mercado de alimentos com consequências diretas na determinação dos preços da AH.

As entrevistadas afirmaram que a composição dos preços ocorre mediante ao praticado pelo mercado (PITA et al., 2018), e para alguns casos determinam os preços levando em conta as peculiaridades locais e/ou custos de produção. Posteriormente a esse procedimento, a precificação é determinada de maneira comum a todas as feirantes da AH.

Aspectos ambientais

No quesito ambiental, tanto a Área de Preservação Permanente (APP) quanto de Reserva Legal (RL) não estão averbadas, ou seja, não há registros públicos de sua existência e tão pouco se encontram regularizadas no Cadastro Ambiental Rural (NEVES et al., 2021).

Mesmo assim, as agricultoras comentaram que destinam espaços de cuidado com o meio ambiente: 57% mantiveram uma parte da área do estabelecimento para a conservação, principalmente com mata nativa, situação não distinta dos estudos de Caioni et al. (2020).

Recurso sumamente indispensável, em dois estabelecimentos não há cursos hídricos e lagos/reservatórios artificiais, prevalecendo o acesso à água desde os poços artesianos, muitas vezes sem a realização de análises que atestam a sua qualidade (somente 29% a fazem) e/ou recebem algum tipo de tratamento (SILVA et al., 2017a). Na mesma vertente do marco legal, dentre as entrevistadas somente uma possui outorga para o uso da água, destinada para o consumo doméstico e animal (CAIONI et al., 2020).

Indagadas sobre a importância de conservar o meio ambiente, 86% se manifestaram de maneira positiva, atrelando a sua opinião a preeminência da água para a família e animais, além de relatos de manutenção dos recursos naturais a longo prazo, ponderações também discutidas por Scheuer et al. (2021) e presentes

nos preceitos do desenvolvimento sustentável (ROBOREDO et al., 2018). Em relativa contradição, já que seu uso tem fins estruturais na propriedade, a exploração madeireira é realizada sem a autorização previa dos organismos públicos (licença ambiental – ROSA; EGERT, 2019).

Outro tema consultado foi a disponibilidade de coleta de resíduos, em que 57% afirmaram sua inexistência desde o governo local, 29% são atendidos pela prefeitura uma vez por semana, e 14% o queimam no estabelecimento. Essa dinâmica não variou muito da relevada por Bernardi et al. (2019), no qual os autores consideram que as diferentes esferas do poder realizam uma gestão ineficiente a respeito do tratamento dos resíduos.

No tratamento dos dejetos domésticos, se observou o uso de fossa séptica, alternativa viável e de baixo custo diante da distância das redes de esgoto da cidade (BARBOSA et al., 2017).

Nessa mesma linha, o descarte das embalagens dos agrotóxicos ocorreu sumamente desde uma consciência sustentável, quer dizer, deram um destino adequado (SILVA et al., 2017b), no qual 43% devolveram ao fornecedor e 29% encaminharam às campanhas de recolhimento da prefeitura. Na outra ponta há as agricultoras que queimam e/ou jogam os recipientes no pátio da propriedade (28%).

Em sequência, o manejo de pragas e plantas invasoras se sobressaiu desde a unânime afirmação do uso de defensivos agrícolas, ou seja, no emprego de agrotóxicos com alto potencial de contaminação ambiental (PINTO FILHO et al., 2019). O fato mais preocupante dessa situação é a ausência de orientações técnicas específicas para a dosagem e aplicação, embasando-se em recomendações de vizinhos, vendedores e/ou por conta própria (CAIONI et al., 2020).

A inexistência de indicações técnicas se viu refletida na total inobservância dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), colaborando de maneira negativa à saúde das famílias (SCHEUER et al., 2021).

Indagadas se realizam a análise de solo como um procedimento mais assertivo e sustentável para o desenvolvimento do sistema produtivo (NEVES et al., 2021), apenas 29% a fizeram nos últimos anos. Nesse sentido, todas citaram que recuperaram e/ou conservaram a qualidade do solo, principalmente através do uso de fertilizantes agroquímicos, em sua grande maioria (57%) sem a orientação técnica (como resultado da falta de acesso técnico). Ainda, apenas uma (1) entrevistada alegou a neutralização da acidez do solo por meio da calagem.

Observou-se um massivo predomínio da fertilização agroquímica sobre outras técnicas mais sustentáveis (100%), por exemplo, a compostagem (14%) e biofertilizantes (29%), não obstante, também destacaram a utilização de adubos orgânicos com origem alheia ao estabelecimento produtivo.

As agricultoras entrevistadas relataram que identificam e classificam a aptidão do solo conforme a coloração (71%), já as demais não discutiram uma técnica em particular, apenas realizam o cultivo diante a época do ano e/ou pelo período de chuvas. Sublinha-se que 86% contam com irrigação artificial nos cultivos hortícolas, tema que gera preocupações diante da escassez hídrica que por vezes afeta a região (CAIONI et al., 2020).

Ao término da caracterização dos diferentes aspectos, se questionou as mulheres rurais como consideram o sistema de produção agropecuário. Entre elas, 86% consideraram um predomínio de um modelo produtivo tradicional, embasado nas técnicas da Revolução Verde (NEUMANN et al., 2017), assim como observado ao longo do questionamento.

Destarte, uma (1) agricultora asseverou que está em etapa de transição convencional/agroecológico-orgânico, dando os primeiros passos na direção de um sistema de produção mais sustentável. De acordo com Mantelli et al. (2019), o desbravamento desse caminho incita uma forma produtiva diversificada, reafirmando o papel da agricultura familiar desde os fatores econômicos e sociais, bem como na conservação das bondades da natureza (SCHEUER, 2016).

Nesse sentido, elas demonstraram interesse em aprimorar as técnicas agrícolas de produção de hortaliças visando um modelo mais sustentável, mesmo que o seu trabalho não receba o merecido reconhecimento desde o processo organizativo da AH (falta de união e de incentivos internos como um grupo de mulheres), quanto por aspectos familiares (posição dominante dos maridos), políticas públicas e pela sociedade (MILLÁN-VÁZQUEZ et al., 2017).

Considerações finais

A mulher rural exerce um papel de protagonista nos estabelecimentos agropecuários distribuídos ao longo do território nacional. Evidentemente, cada rincão brasileiro possui peculiaridades que reforçam essa atribuição, bem como aquelas que arrefecem e marginalizam a elementaridade das agricultoras familiares.

No caso da AH de Mirassol D'Oeste, aqui retratado a partir do público feminino, se identificaram variáveis de diversos tons nos aspectos sociais, econômicos e ambientais. No primeiro tema, se observou um perfil etário em plena capacidade produtiva e com vontade de trabalhar e sustentar sua família, pese as limitações de formação escolar e qualificação profissional, inconsistências que representam um valor negativo para o seu desenvolvimento. Destaca-se que o estabelecimento e moradia são próprios, com acesso à rede elétrica e água, muitas vezes compartilhado para além do núcleo familiar, onde os filhos mais jovens contribuem com as atividades domésticas e produtivas, em oposição aos maiores que buscam sua inserção no mercado de trabalho de diferentes formas. Não obstante, se verificou uma problemática que deriva a outras: a masculinização rural. Ao rastrear os distintos vieses, as entrevistadas relataram que a sucessão rural tende a priorizar os filhos homens, sua participação e envolvimento em processos organizativos, bem como no acesso às políticas públicas, foi muito abreviado, provavelmente influenciado pelo machismo estrutural.

Nos aspectos econômicos, novamente se constatou a figura preponderante masculina, já que o papel de patriarca coube aos maridos, e as mulheres consultadas relataram a pouca autonomia nas tomadas de decisão no tocante ao estabelecimento, organização e políticas. Em sequência, a principal fonte de renda advém da horticultura, entretanto, os ingressos obtidos pelas mulheres são complementares ao da família. No geral, trata-se de estabelecimentos agropecuários de pequeno porte, de infraestrutura simples e com predomínio da mão de obra familiar, no qual os homens atuam particularmente no preparo do solo e as mulheres em uma jornada tripla: doméstica, produtiva e comercial. Nesse sentido, a venda dos produtos agropecuários ocorre principalmente nas feiras livres, espaços identificados como “familiares” pelas entrevistadas. Ademais, a precificação dos alimentos se origina desde aos praticados pelo mercado, salvo exceções, tomados em comum para as demais feirantes.

Por fim, nos aspectos ambientais, o posicionamento das entrevistadas sobre a importância dos recursos naturais foi valorado como imprescindível, porém sublinha-se a baixa adesão aos registros oficiais das áreas de APP, RL, licença ambiental para o corte de madeira e outorga para o uso da água. Este, é acessado desde os poços artesianos localizados na propriedade, porém carecem de análises de qualidade e de tratamento, já que não há uma rede de distribuição pública, ausência estatal que se vê refletida na coleta de resíduos domésticos e tratamento

de esgoto. O aspecto positivo se refere ao descarte das embalagens dos agrotóxicos, destinados sumamente aos fornecedores e por coleta da prefeitura. A outra parte desse ponto já não é tão positiva assim, pois as entrevistadas afirmaram a dependência por agroquímicos e fertilização industrial, muitas vezes propagados sem a devida instrução técnica e uso dos EPI's. Foi nesse ponto que se verificou a predominância de um modelo de produção tradicional diante as técnicas alternativas, porém umas das mulheres relatou que se encontra em etapa de transição, uma esperança de transformação do sistema produtivo local.

A partir das diferentes abordagens levantadas, a autodeterminação da mulher rural perpassa pelo fomento de ações públicas que fortaleçam os aspectos sociais, econômicos e ambientais da população alvo, superando a prerrogativa machista herdada ao longo do tempo, e promovendo políticas que encaminhem a autonomia das agricultoras. Para isso, é necessária uma pré-disposição desde os gestores públicos em desenhar políticas de empoderamento e promovê-las, e das mulheres rurais de “não baixar a cabeça”, reivindicar seus direitos e impor-se na sociedade, particularmente no processo de desenvolvimento rural sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALATRISTA, S. L. Desagrarización del empleo femenino rural y tiempos de trabajo en el Perú. **Investigaciones Sociales**, Lima, v. 22, n. 42, p. 223-243, jan./jun. 2019.
- AVELAR, F. M.; STAMM, C. Agricultura familiar: efeitos do PRONAF na região Oeste do Paraná. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 72, p. 359-394, mai./ago. 2019.
- BANDEIRA, S. M.; COSTA, M. R. C. Migração feminina do meio rural: um estudo de caso no município de Canguçu/RS. **Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 12, n. 28, p. 90-111, jan./abr. 2018.
- BARBOSA, C. Á; BUJATO, J. M.; BATISTA, R. G. Aspectos socioeconômicos. *In*: BREGAGNOLI, M.; RIBEIRO NETO, J. F. (orgs.). **Café nas montanhas**: caracterização da cafeicultura na área de atuação da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2017. p. 70-100.
- BATTHYÁNY, K.; CABRERA, M. **Metodología de la investigación en Ciencias Sociales**: apuntes para un curso inicial. Montevideo: Udelar, 2011.
- BERNARDI, D. et al. Gestão de resíduos sólidos no meio rural: um levantamento em municípios do oeste catarinense. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 119-132, abr./jun. 2019.
- BRASIL. **Projetos de Assentamento Total**. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2020. Disponível em:

https://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py#:~:text=Assentamento%20Brasil_MT.zip. Acesso em: 12 jun. 2022.

CAIONI, C. et al. Sustentabilidade da produção hortícola familiar do município de Carlinda, Mato Grosso, Brasil. **Revista Geográfica Venezolana**, Mérida, v. 61, n. 1, p. 56-70, jan./jun. 2020.

CEDIEL, N. M. B. et al. Empoderamiento de las mujeres rurales como gestoras de los Objetivos de Desarrollo Sostenible en el posconflicto colombiano. **Equidad y Desarrollo**, Bogotá, v. 1, n. 28, p. 61-84, jul./dez. 2017.

ESRI. **ArcGIS Desktop**: release 9.2. Redlands: Environmental Systems Research Institute, 2007.

ETIKAN, I.; ALKASSIM, R.; ABUBAKAR, S. Comparison of snowball sampling and sequential sampling technique. **Biometrics and Biostatistics International Journal**, Budapeste, v. 3, n. 1, p. 55-56, jan. 2016.

FLORENCE, A. Apresentação. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (orgs.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 7-11.

GUERRERO, G. M. M.; DARRAZ, M. C. F.; ARCOS, J. T. Mujeres rurales y acción productiva para la autonomía. **Revista Mexicana de Sociología**, Cidade do México, v. 81, n. 4, p. 797-824, out./dez. 2019.

HECKER, S. et al. How Does Policy Conceptualise Citizen Science? A Qualitative Content Analysis of International Policy Documents. **Citizen Science: Theory and Practice**, Whitechapel Road, v. 4, n. 1, p. 1-16, dez. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Brasil/Mato Grosso/Mirassol D'Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/mirassol-doeste/panorama>. Acesso em: 12 jun. 2022.

IZIDORO, L. T. et al. Assentadas no circuito do Pronaf mulher: expressões da autonomia feminina? **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 21, n. 1, p. 265-286, fev./jul. 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MANTELLI, J.; DUTRA, É. J. S.; KONZGEN, Q. R. S. A agricultura familiar no contexto do agronegócio no município de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 500-524, abr. 2019.

MARTÍNEZ, C. N. et al. LEADER una política para la dinamización del emprendimiento rural femenino en Murcia. **Convergencia: revista de ciencias sociales**, Toluca, v. 28, n. 16.533, p. 1-36, dez. 2021.

MATO GROSSO. **Base Cartográfica do Estado de Mato Grosso na escala 1.100.000**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, 2020. Disponível em: <http://geoportal.seplan.mt.gov.br/metadados/srv/por/catalog.search#/home>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MILLÁN-VÁZQUEZ, M. G. T.; VELASCO-PORTERO, M. T.; RAMÍREZ-SOBRINO, J. N. El emprendimiento de la mujer rural española: análisis de la brecha salarial. Una realidad difícil de solucionar. **Papeles de Población**, Toluca, v. 23, n. 92, p. 151-183, abr./jun. 2017.

NEUMANN, E.; FAJARDO, S.; MARIN, M. Z. As transformações recentes no espaço rural brasileiro: análises do papel do estado nas políticas de desenvolvimento rural das décadas

de 1970 a 1990. **RAEGA** - O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba, v. 40, p. 191-208, ago. 2017.

NEVES, J. F. et al. Green maize grown in family farms in Cáceres County-MT: Challenges and perspectives for rural development. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 17, n. 3, p. 424-437, set./dez. 2021.

OCEGUEDA, E. L. S.; FLORES, K. Y. R.; OCEGUEDA, A. T. S. Tiempos de vida de las mujeres en el medio rural. Trabajos de cuidados y opciones productivas en Nayarit, México. **Revista de investigación y divulgación sobre los estudios de género**, Colima, v. 2, n. 23, p. 105-138, mar./ago. 2018.

PINTO FILHO, J. L. O.; GONÇALVES, G. L.; LUNES, A. R. S. Caracterização socioeconômica e ambiental da população das comunidades rurais da chapada do Apodi/RN. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 687-712, abr. 2019.

PITA, Y. X. M.; BOTÍA, B. Y. R.; FONSECA, J. A. C. Caracterización y tipificación de los atributos ecosistémicos de la agricultura familiar campesina en la microcuenca del río Cormechoque (Boyacá). **Revista de Investigación Agraria y Ambiental**, Bogotá, v. 9, n. 2, p. 49-62, jul./dez. 2018.

QUEIROZ, N. F. R. et al. Agricultura familiar no município de Curvelândia/MT: análise da produção vinculada ao Programa de Aquisição Alimentos (PAA). **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 33, n. 3, p. 184-200, set./dez. 2015.

ROBOREDO, D. et al. Clusterização de sistemas de manejos e a construção de indicadores de sustentabilidade utilizando a metodologia mesmis no território portal da Amazonia. **RAEGA** - O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba, v. 43, p. 23-42, mar. 2018.

ROSA, J. H.; EGERT, R. O licenciamento ambiental e seus impactos na produção agrícola. **Revista Jurídica Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea**, Frederico Westphalen, v. 3, n. 1, p. 32-45, jan./dez. 2019.

ROSA, L. A. B.; GUIMARÃES, M. F. Diagnóstico socioeconômico em assentamentos rurais no município de Tamarana – PR. **Semina: Ciências Agrárias**, Londrina, v. 32, n. 3, p. 809-828, jul./set. 2011.

SANTOS, C. J.; AMARAL, L. S.; SOUZA, C. R. Experiência das mulheres da Rede Xique Xique: análise dos avanços socioeconômicos. **Otra Economía**, Buenos Aires, v. 12, n. 22, p. 253-264, jul./dez. 2019.

SCHEUER, J. M. et al. Sostenibilidad de las prácticas agropecuarias de la agricultura familiar productora de maíz verde de Cáceres/Brasil. **Revista Agroalimentaria**, Mérida, v. 27, n. 53, p. 147-166, jul./dez. 2021.

SCHEUER, J. M.; NEVES, S. M. A. S. Identidade territorial das famílias rurais do município mato-grossense de São José dos Quatro Marcos. In: FERREIRA, G. H. C. (org.). **Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 247-266.

SCHEUER, J. M.; NEVES, S. M. A.; GALVANIN, E. Migração e sustentabilidade dos agricultores familiares vinculados a uma associação em São José dos Quatros Marcos, Mato Grosso. **Revista Geografia Acadêmica**, Boa Vista, v. 11, n. 1, p. 87-103, 2017.

SCHEUER, J. M. 'Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff'. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 19, n. 31, p. 166-179, mai./ago. 2016.

SILVA, T. V.; QUEIROZ, T. M.; GALVANIN, E. S. Uso da terra no assentamento Antônio Conselheiro no estado de Mato Grosso. **RAEGA** - O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba, v. 40, p. 35-44, ago. 2017a.

SILVA, A. V. et al. Segurança e saúde no meio rural. *In*: BREGAGNOLI, M.; RIBEIRO NETO, J. F. (eds.). **Café nas montanhas**: caracterização da cafeicultura na área de atuação da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2017b. p. 127-145.

SILVA, V. M.; NUNES, E. M. As ações do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) nos territórios do Rio Grande do Norte no ano de 2020. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 31, n. 57, p. 1-19, set./dez. 2022.

TECCHIO, A. et al. Estratégias alimentares de famílias rurais pobres na região oeste de Santa Catarina. **Redes**, Revista do Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 217-240, set. 2019.

UN (United Nation). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF: Nações Unidas no Brasil, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 12 jun. 2022.

VALENCIANO, J. P.; URDIALES, M. C.; TORIL, J. U. Vulnerabilidad laboral de la mujer rural latinoamericana. **Nóesis**: revista de ciencias sociales, Chihuahua, v. 26, n. 52, p. 130-151, jul./dez. 2017.

YIN, R. K. **Case study research**: design and methods. 5. ed. California: Sage, 2009.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Sandra Mara Alves da Silva Neves- Coleta de dados, análise de dados, elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho.

Hellen Simone Tortorelli – Coleta de dados, elaboração do manuscrito.

Junior Miranda Scheuer – Elaboração do manuscrito, participação ativa da metodologia e discussão dos resultados; revisão e aprovação da versão final do trabalho.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Investigação avaliada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), com parecer aprovado sob o número 1.449.552.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 30-11-2022

Aprovado em: 18-02-2023